

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

EDITAL Nº 28/2025

PREGÃO ELETRÔNICO 28/2025

PROCESSOS DE DESPESA: 146998/2025 (SEC. ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE, OBRAS, PLANEJAMENTO, GABINETE, TURISMO, MEIO AMBIENTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 153973/2025

PROCESSO LICITATÓRIO: 28/2025

COTAÇÃO: 686/2025

ABERTURA: 18/03/2025

HORÁRIO: 13 horas 30 minutos

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ALARME, VÍDEO MONITORAMENTO COM CÂMERAS EM CIRCUITO FECHADO E ACESSO VIA APLICATIVO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/03/2025 às 13hs30min (horário de Brasília)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 832.528,56

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Torna-se público que o Município de Xangri-lá/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 94.436.474/0001-24 por meio do Setor de Licitações, sediado à Av. Elmar Ricardo Wagner (antiga Rua Rio Jacuí), 853, CEP 95588-000, Xangri-Lá/RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 162, de 26 de junho de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ALARME, VÍDEO MONITORAMENTO COM CÂMERAS EM CIRCUITO FECHADO E ACESSO VIA APLICATIVO, TENDO DURAÇÃO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DURANTE 7 (SETE) DIAS POR SEMANA, visando atender as demandas de todos prédios públicos do município de Xangri-lá/RS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **grupo único**, formado por 28 itens, conforme ANEXO II (RELAÇÃO DE ITENS COM VALOR DE REFERÊNCIA), devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação todos os interessados, inclusive empresas reunidas em consórcio, que sejam especializados e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, preenchendo os pré-requisitos acima, e que, apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas. (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2. e 2.5.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2. e 2.5.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4. ou 3.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, e deverá estar de acordo com o tipo de licitação estipulado no Preâmbulo deste Edital.

4.2. NA PROPOSTA, em arquivo PDF/a, DEVERÁ SER LEVADO EM CONTA OS SEGUINTE REQUISITOS:

4.2.1. O preço de cada um dos itens licitados deverá atender o tipo de licitação descrito no preâmbulo do edital, em moeda corrente nacional, em algarismo com **duas casas decimais**.

4.2.2. Valor unitário e total do item;

4.2.3. Marca e modelo (quando for o caso) e especificação detalhada do objeto licitado, consoante às exigências editalícias.

4.2.4. Inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e indiretos.

4.2.5. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo de cada item, previsto para a contratação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo simples Nacional desde que não infrinja o art. 17, inciso XII da LCP 123/2026, sendo que nesse caso não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, obrigando a contratada a apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento à RFB, em consequência do que dispõem o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II da LCP 123/2006.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

- 5.10.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.10.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.12.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.12., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.12.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021;

5.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. Empresas brasileiras;

5.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade

5.21.1.1. O valor unitário estimado para cada item, consta na ANEXO II – Relação de itens com valor referência.

5.21.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.21.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

5.21.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

6.2. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi – integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante.

6.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis previstos na Lei 14.133/2021.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

6.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.9.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.9.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de executabilidade;

6.9.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a executabilidade da proposta.

6.9.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá seguir o procedimento disposto no item “DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” deste Edital bem como enviar os seguintes documentos, em arquivo PDF/a, a fim de facilitar a disponibilização de informações, respeitando ao princípio da transparência:

7.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual.

b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

7.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no caso de pessoas naturais, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

7.1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Apresentar o **Balanco Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais – Art. 69 da Lei 14133 – autenticadas pelo Sistema Público – SPED**) já exigíveis e apresentados na forma da lei, e em conformidade com o quadro abaixo, **assinados digitalmente pelo contador e representante legal da empresa; Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário; Recibo emitido pelo sistema público – SPED**, no qual será demonstrado pelo licitante relatório aplicando-se os índices relacionados, que comprovem a boa situação financeira da empresa vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, com indicação do número do livro diário, nº de registro do balanço na junta comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados (ver) pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{AC}{PC} = \text{Índice mínimo: 1,00;}$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{AC + RLP}{PC + PNC} = \text{Índice mínimo: 1,00;}$$

$$\text{Grau de Solvência} = \frac{AT}{PC+PNC} = \text{Índice mínimo: 1,00}$$

No qual:

AC = ATIVO CIRCULANTE
RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
AT = ATIVO TOTAL
PC = PASSIVO CIRCULANTE
PNC= PASSIVO NÃO CIRCULANTE

QUADRO RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS

Demonstração Contábil	ME e EPP ITG 1000	PME's NBC TG 1000	Regra Geral
B.P.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória
D.R.A.	Facultativa	Obrigatória *1	Obrigatória
D.L.P.A.	Facultativa	Facultativa *2	Facultativa
D.M.P.L.	Facultativa	Obrigatória *1	Obrigatória
D.F.C.	Facultativa	Obrigatória	Obrigatório
N.E.	Obrigatórias	Obrigatórias	Obrigatórias
D.V.A.	Facultativa	Facultativa	Obrigatória *3

*1 Vide item 3.18 da NBC TG 1000 (R1), que trata da possibilidade de apresentação da DLPA.

*2 Torna-se Demonstração Contábil obrigatória quando adotado o item 3.18 da NBC TG 1000 (R1) por ocasião da não elaboração da DRA e DMPL.

*3 Trata-se de Demonstração Contábil obrigatória se exigida legalmente ou por algum órgão regulador - letra "da" do item 10, da NBC TG 26 (R5) – ou, nos demais casos, pode ser apresentada voluntariamente.

c) A qualificação econômica poderá ser substituída por declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

7.1.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Declaração que tem pleno conhecimento que a empresa deverá, até o início da prestação dos serviços, possuir sede/base no município de Xangri-lá.
- b) Registro da empresa no CREA (Conselho Regional e Engenharia e Agronomia) constando o responsável técnico, em sua plena validade
- c) Registro do profissional responsável pela empresa no CREA(Conselho Regional e Engenharia e Agronomia) em sua plena validade.
- d) Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, comprovando que o responsável técnico da empresa já tenha executado com bom desempenho serviço pertinente e compatível;

7.2. Os documentos previstos no item 8, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado, observadas as seguintes normas:

- 7.3.1.** Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 7.3.2.** Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- 7.3.3.** Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 7.3.4.** Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- 7.3.5.** Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 7.3.6.** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.
- 7.3.7.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia e deverão estar assinados preferencialmente de forma digital.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- 7.8.1.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.9. A verificação dos documentos de habilitação somente serão feitas em relação ao licitante vencedor.

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

7.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.8.1..

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. PRAZO E ENTREGA

8.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a lei 14.133/2021.

8.2 A contratada após a assinatura do contrato deverá instalar todos os equipamentos para a consecução do objeto no prazo de 15 (QUINZE) dias. O contratante será devedor dos serviços contratados a partir da ciência da instalação e início da execução do objeto contratado, conforme ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA.

9. PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado em até trinta dias a partir da prestação do serviço, mediante apresentação nota fiscal e autorização da respectiva secretaria.

9.2 O erário reserva-se no direito de efetuar todos os descontos previstos em lei.

9.3 Não será efetuado qualquer pagamento à empresa adjudicatária enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

9.4 O pagamento somente será efetuado mediante emissão das certidões habilitatórias atualizadas e negativas.

9.5 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M (FGV), e a Administração pagará a contratada com juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata dia, até o efetivo pagamento.

9.6 A cada 12 (doze) meses de execução contratual, o valor estipulado para o contrato será reajustado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, acumulado no período ou outro índice que vier a substituí-lo.

10. GARANTIA CONTRATUAL E FISCALIZAÇÃO

10.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a CONTRATADA apresentará garantia de 05% (cinco) por cento do valor total do contrato.

10.1.1 A CONTRATADA deverá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

10.2 O Executivo Municipal reserva-se no direito de fiscalizar o serviço prestado pela contratada através dos servidores **Gabriel Monteiro Duarte (titular) e Felipe de Borba Espíndola (suplente)**, lotados na **Secretaria de Administração**, ou outro(a) servidor(a) a ser indicado pela Administração expressamente em contrato ou através de aditivo contratual.

11. CONTRATAÇÃO

11.1 A empresa licitante declarada vencedora do certame deverá apresentar-se em até 05 (cinco) dias corridos, a partir da convocação da respectiva Secretaria, para assinatura do contrato, quando for o caso.

11.2 É facultado ao Executivo Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, pela ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.

11.3 Decorridos sessenta (60) dias da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

- 13.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.1.5.** Fraudar a licitação
- 13.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1.** Advertência;
- 13.2.2.** Multa;
- 13.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e
- 13.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2.** As peculiaridades do caso concreto
- 13.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado-
- 13.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4., 13.1.5., 13.1.6., 13.1.7. e 13.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.9.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será realizada em acordo com o Decreto Nº 409/2022.
- 13.10.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 13.11.** Conforme consta no ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA, havendo atraso na execução do contrato, a empresa estará sujeita a multa de 10% sobre o valor do contrato. Caso o atraso supere 20% do prazo original, a multa poderá ser elevada para até 50% do valor do contrato, desde que observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Além disso, poderá ser instaurado processo administrativo para aplicação de penalidades adicionais, incluindo rescisão contratual e eventual declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 156 a 164 da lei nº 14.133/2021, garantido-se o direito ao contraditório e à ampla defesa;

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados exclusivamente de forma eletrônica, através do Portal de Compras Públicas.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://xangrila.rs.gov.br/licitacoes-e-contratos>

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I – Modelo Minuta de Contrato

15.11.2. ANEXO II – Relação dos itens com valor referência

15.11.3. ANEXO III – Termo de Referência

Xangri-Lá, 25 de fevereiro de 2025.

Celso Bassani Barbosa
Prefeito Municipal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 94.436.474/0001-24, com sede na Avenida Elmar Ricardo Wagner, nº 854, Xangri- Lá (RS), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **CELSO BASSANI BARBOSA**, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xangri-Lá /RS, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à Rua XXXXXXXXXXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXXX, Cidade / Estado XXxxxXXXXXXXXXX/XX, CEP XXXXXXXXXXXXX, fone XXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxx e inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxxxxxxx/xxxx, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, decorrentes desta contratação oriunda do xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº, Edital nº, Processo Licitatório nº.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ALARME, VÍDEO MONITORAMENTO COM CÂMERAS EM CIRCUITO FECHADO E ACESSO VIA APLICATIVO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Edital e seus anexos;

1.2.2. A Proposta do contratado, nos moldes estabelecidos do Art. 92, II da Lei 14.133/2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato terá vigência de 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme a lei 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata o item anterior é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS.

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo estabelecido pelo Edital, a contar do recebimento definitivo do objeto e da respectiva fatura, aprovados pelo Município, através do servidor responsável pela fiscalização do contrato ou pelo responsável pelo pedido de compra.

6.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M (FGV), e a Administração pagará a contratada com juros de 1% ao mês, calculados pro rata dia, até o efetivo pagamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado do corrente ano.

7.2. A cada 12 (doze) meses de execução contratual, o valor estipulado para o contrato será reajustado pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, acumulado no período ou outro índice que vier a substituí-lo.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será aplicado o índice mais vantajoso a contratante, conforme parecer técnico da Secretaria da Fazenda.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

- 8.8.1.** A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.11.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 8.12.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 8.12.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 8.12.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 8.12.4.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 8.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.2.** A Contratada deverá indicar um preposto para representá-la na execução do contrato.
- 9.2.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante, apresentando a documentação nos formatos digitais de acordo com a solicitação da Secretaria Responsável e apresentando toda documentação comprobatória solicitada.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, de acordo com art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO / FISCALIZAÇÃO

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

10.2. O Executivo Municipal reserva-se no direito de fiscalizar o serviço prestado pela contratada através dos servidores Gabriel Monteiro Duarte (titular) e Felipe de Borba Espíndola (suplente), lotados nas Secretarias de Administração, ou outro(a) servidor(a) a ser indicado pela Administração expressamente em contrato ou através de aditivo contratual. ou outro(a) servidor(a) a ser indicado pela Administração expressamente em contrato ou através de aditivo contratual.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- e) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave nos termos do art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- iv) **Multa**:

- (1) moratória de 0,5 % (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- (2) moratória de 0,5 % (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

- (3) compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, nos termos do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação nos termos do art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se exigida no edital, ou será cobrada judicialmente nos termos do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados, conforme o art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

- f) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida no art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia nos art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório nos art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

010501 OBRAS

04.122.0001.2131.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

3.3.90.39.77 VIFIGLANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

010901 PLANEJAMENTO

04.122.0001.2129.0000 Manutenção Da Secretaria De Planejamento

3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

010301 Secretaria de Administração

04.122.0001.2004.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

010201 Gabinete do Prefeito

04.122.0001.2003.0000 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

010601 Turismo

04.122.0001.2138.0000 Manutenção Da Secretaria De Turismo

3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

011201 Meio Ambiente, Agricultura e Habitação
04.122.0001.2143.0000 Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Habitação.
3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

010701 Fundo Municipal de Assistência Social
08.122.0001.2068.0000 Manutenção da Secretaria de Assistência Social
3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

010802 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0012.2139.0000 Bloco Custeio Em Saúde Da Atenção Básica
3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

CONTRATO Nº xxx /2025

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o FORO de Capão da Canoa/RS, para serem dirimidas quaisquer dúvidas pertinentes ao presente contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Xangri-Lá, xx de xxxxxxxx de 2025.

CELSO BASSANI BARBOSA

Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário(a) Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal do Contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

RUA RIO JACUI, 854

CNPJ: 94436474/0001-24

Lista de Produtos com Preço Médio - VALOR REFERÊNCIA

Página 1 de 9

Licitação: **000028/25 PREGÃO ELETRÔNICO**

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
00000001 - LOTE ÚNICO						
1	002.085.058	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 10 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01 Led Sinalizador 02 sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva		12	2.419,40	29.032,80
2	002.085.059	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 03 botão de Panico 10 sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01 Led Sinalizador 02 sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva		12	2.311,73	27.740,76
3	002.085.064	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 02 Sensores de infravermelhos passivos 05 sensores externos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01 Led Sinalizador 02 sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias		12	2.616,73	31.400,76



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

RUA RIO JACUI, 854

CNPJ: 94436474/0001-24

Lista de Produtos com Preço Médio - VALOR REFERÊNCIA

Página 2 de 9

Licitação: **000028/25 PREGÃO ELETRÔNICO**

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
00000001 - LOTE ÚNICO						
4	002.085.062	Serviço de manutenção preventiva e corretiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 10 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01 Led Sinalizador 02 sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva		12	2.419,40	29.032,80
5	002.085.053	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 08 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01 Led Sinalizador 02 sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 04 Câmeras externas IP 04 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva		12	2.291,40	27.496,80
6	002.085.057	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 11 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01 Led Sinalizador 02 sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 04 Câmeras externas IP 04 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva		12	2.306,73	27.680,76
7	002.085.052	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.386,07	28.632,84



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

RUA RIO JACUI, 854

CNPJ: 94436474/0001-24

Lista de Produtos com Preço Médio - VALOR REFERÊNCIA

Página 3 de 9

Licitação: **000028/25 PREGÃO ELETRÔNICO**

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
00000001 - LOTE ÚNICO						
		ALARME 24HS				
		15 Sensores de infravermelhos passivos				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado				
		01 bateria 12 v 7A				
		01 Led Sinalizador				
		02 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		16 Câmeras externas IP				
		16 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
8	002.085.051	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.386,07	28.632,84
		ALARME 24HS				
		15 Sensores de infravermelhos passivos				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado 01 bateria 12 v 7A				
		01 Led Sinalizador				
		02 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		16 Câmeras externas IP				
		16 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
9	002.085.049	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.926,40	35.116,80
		ALARME 24HS				
		22 Sensores de infravermelhos passivos				
		04 Sensores Externos Pet 45KG				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado 01 bateria 12 v 7A				
		01 Led Sinalizador				
		02 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		16 Câmeras externas IP				
		16 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
10	002.085.050	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.743,40	32.920,80
		ALARME 24HS				
		20 Sensores de infravermelhos passivos				



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

RUA RIO JACUI, 854

CNPJ: 94436474/0001-24

Lista de Produtos com Preço Médio - VALOR REFERÊNCIA

Página 4 de 9

Licitação: **000028/25 PREGÃO ELETRÔNICO**

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
00000001 - LOTE ÚNICO						
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado 01 bateria 12 v 7A				
		01 Led Sinalizador				
		02 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		16 Câmeras externas IP				
		16 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
11	002.085.061	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.419,40	29.032,80
		ALARME 24HS				
		10 Sensores de infravermelhos passivos				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado 01 bateria 12 v 7A				
		01 Led Sinalizador				
		02 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		08 Câmeras externas IP				
		08 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
12	002.085.066	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.419,40	29.032,80
		ALARME 24HS				
		10 Sensores de infravermelhos passivos				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado 01 bateria 12 v 7A				
		05 Led Sinalizador				
		06 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		08 Câmeras externas IP				
		08 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
13	002.085.071	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	3.313,73	39.764,76
		ALARME 24HS				
		25 Sensores de infravermelhos passivos				
		04 Sensores Externos Pet 45KG				



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

RUA RIO JACUI, 854

CNPJ: 94436474/0001-24

Lista de Produtos com Preço Médio - VALOR REFERÊNCIA

Página 5 de 9

Licitação: **000028/25 PREGÃO ELETRÔNICO**

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
00000001 - LOTE ÚNICO						
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado				
		01 bateria 12 v 7A				
		01 Led Sinalizador				
		02 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		21 Câmeras externas IP				
		21 fontes de 10AH				
		01 switch 24 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
14	002.085.055	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.322,07	27.864,84
		ALARME 24HS				
		10 Sensores de infravermelhos passivos				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		02 teclado 01 bateria 12 v 7A				
		01 Led Sinalizador				
		02 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		04 Câmeras externas IP				
		04 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
15	002.085.047	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.273,73	27.284,76
		ALARME 24HS				
		10 Sensores de infravermelhos passivos				
		04 Sensores Externos Pet 45KG				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado 01 bateria 12 v 7A				
		01 Led Sinalizador				
		02 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
16	002.085.046	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.665,07	31.980,84
		ALARME 24HS				
		02 Sensores de infravermelhos Passivos				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 bateria 12 v 7ª				
		01 Led Sinalizador				
		02 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24h				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		16 Câmeras externas IP				



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

RUA RIO JACUI, 854

CNPJ: 94436474/0001-24

Lista de Produtos com Preço Médio - VALOR REFERÊNCIA

Página 6 de 9

Licitação: 000028/25 PREGÃO ELETRÔNICO

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
00000001 - LOTE ÚNICO						
17	002.085.048	16 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.503,40	30.040,80
		ALARME 24HS				
		10 Sensores de infravermelhos passivos				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado 01 bateria 12 v 7A				
		01 Led Sinalizador				
		02 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		10 Câmeras externas IP				
		10 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
18	002.085.056	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.419,40	29.032,80
		ALARME 24HS				
		10 Sensores de infravermelhos passivos				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado 01 bateria 12 v 7A				
		01Led Sinalizador				
		02sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		08 Câmeras externas IP				
		08 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
19	002.085.054	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.507,25	30.087,00
		ALARME 24HS				
		10 Sensores de infravermelhos passivos				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado 01 bateria 12 v 7A				
		01 Led Sinalizador				
		02 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		04 Câmeras externas IP				
		04 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

RUA RIO JACUI, 854

CNPJ: 94436474/0001-24

Lista de Produtos com Preço Médio - VALOR REFERÊNCIA

Página 7 de 9

Licitação: **000028/25 PREGÃO ELETRÔNICO**

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
00000001 - LOTE ÚNICO						
20	002.085.065	01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.419,40	29.032,80
		ALARME 24HS				
		10 Sensores de infravermelhos passivos				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado				
		01 bateria 12 v 7A				
		03 Led Sinalizador				
		04 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
21	002.085.067	08 Câmeras externas IP				
		08 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.419,40	29.032,80
		ALARME 24HS				
		10 Sensores de infravermelhos passivos				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado 01 bateria 12 v 7A				
		07Led Sinalizador				
		08sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
22	002.085.068	Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		08 Câmeras externas IP				
		08 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				
		Serviço de visualização vídeo monitoramento.				
		Mão de obra de instalação				
		Materiais em quantidades necessárias				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES		12	2.503,40	30.040,80
		ALARME 24HS				
		10 Sensores de infravermelhos passivos				
		01 Central GPRS de 20 zonas				
		01 teclado 01 bateria 12 v 7A				
		01 Led Sinalizador				
		02 sirenes piezo elétricas de 120db				
		Fios em quantidades necessárias				
		Materiais de acabamentos				
		Mão de obra de instalação				
		Serviços:				
		Serviços de monitoramento 24hs				
		Serviço de manutenção preventiva e corretiva				
		CFTV IP				
		10 Câmeras externas IP				
		10 fontes de 10AH				
		01 switch 16 portas				
		01 rack de parede 5x1				
		01 nobreak 600va				
		Link de internet para as câmeras				



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

RUA RIO JACUI, 854

CNPJ: 94436474/0001-24

Lista de Produtos com Preço Médio - VALOR REFERÊNCIA

Página 8 de 9

Licitação: **000028/25 PREGÃO ELETRÔNICO**

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
00000001 - LOTE ÚNICO						
23	002.085.063	Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 10 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01Led Sinalizador 02sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 10 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01Led Sinalizador 02sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 10 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01Led Sinalizador 02sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 05 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01Led Sinalizador 02sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva		12	2.419,40	29.032,80
24	002.085.069	Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 10 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01Led Sinalizador 02sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 05 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01Led Sinalizador 02sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 05 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01Led Sinalizador 02sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva		12	2.419,40	29.032,80
25	002.085.044	Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 05 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01Led Sinalizador 02sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 05 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01Led Sinalizador 02sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva		12	2.395,40	28.744,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

RUA RIO JACUI, 854

CNPJ: 94436474/0001-24

Lista de Produtos com Preço Médio - VALOR REFERÊNCIA

Página 9 de 9

Licitação: **000028/25 PREGÃO ELETRÔNICO**

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
00000001 - LOTE ÚNICO						
26	002.085.045	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 05 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7ª 03 Led Sinalizador 04 sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva		12	2.395,40	28.744,80
27	002.085.070	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 09 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01 Led Sinalizador 02 sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 04 Câmeras externas IP 04 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva		12	2.298,07	27.576,84
28	002.085.060	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILANCIA/MONI MES ALARME 24HS 20 Sensores de infravermelhos passivos 01 Central GPRS de 20 zonas 01 teclado 01 bateria 12 v 7A 01 Led Sinalizador 02 sirenes piezo elétricas de 120db Fios em quantidades necessárias Materiais de acabamentos Mão de obra de instalação Serviços: Serviços de monitoramento 24hs Serviço de manutenção preventiva e corretiva CFTV IP 08 Câmeras externas IP 08 fontes de 10AH 01 switch 16 portas 01 rack de parede 5x1 01 nobreak 600va Link de internet para as câmeras Serviço de visualização vídeo monitoramento. Mão de obra de instalação Materiais em quantidades necessárias Serviço de manutenção preventiva e corretiva		12	2.456,73	29.480,76
Total ->					69.377,38	832.528,56



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá
Secretaria de Administração
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

- 1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ALARME, VÍDEO MONITORAMENTO COM CÂMERAS EM CIRCUITO FECHADO E ACESSO VIA APLICATIVO, TENDO DURAÇÃO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DURANTE 7 (sete) DIAS POR SEMANA, visando atender as demandas de todos prédios públicos do município de Xangri-lá/RS.
- 1.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a lei 14.133/2021
- 1.3. A quantidade mínima será integral.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

- 2.1. A contratação de uma empresa especializada para execução de serviços de instalação e monitoramento de equipamentos de alarme, vídeo monitoramento com câmeras em circuito fechado e acesso via aplicativo é necessária para reforçar a segurança das instalações de prédios públicos. Esses serviços garantem a proteção dos prédios, equipamentos e informações, além de proporcionar maior tranquilidade para servidores, alunos, pacientes, contribuintes e visitantes, assegurando o cumprimento do princípio constitucional da eficiência no serviço público. A centralização em um único fornecedor possibilita maior controle técnico e operacional, atendendo plenamente às necessidades de cada secretaria e evitando discrepâncias entre os itens adquiridos
- 2.2. A demanda por esse tipo de serviço é constante, considerando a importância da segurança patrimonial e da prevenção de incidentes em todos os prédios públicos. O monitoramento em tempo integral, com operação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, assegura uma resposta rápida a qualquer eventualidade e minimiza riscos, contribuindo para um ambiente de trabalho e estudo mais seguro e produtivo.
- 2.3. A contratação de uma empresa especializada também garante que os sistemas de segurança sejam instalados e operados de acordo com padrões técnicos e regulamentações vigentes, incluindo a legislação relativa à proteção de dados e privacidade. Essa medida é fundamental para assegurar a integridade das imagens e informações captadas, além de proteger cada local de eventuais passivos legais. A



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá
Secretaria de Administração

terceirização desses serviços permite que a equipe interna da Secretaria se concentre em suas funções essenciais, sem a necessidade de destinar recursos humanos ou financeiros para a manutenção e operação dos equipamentos.

- 2.4. Por fim, a possibilidade de acesso ao aplicativo de monitoramento permite um controle mais abrangente e dinâmico, atendendo às demandas específicas de cada Secretaria Municipal. Essa solução tecnológica agrega valor à gestão da segurança, promovendo um ambiente protegido e organizado para todos os envolvidos nas suas atividades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A solução mais viável para atender à demanda de contratação de empresa para execução de serviços de instalação e monitoramento de equipamentos de alarme, vídeo monitoramento com câmeras em circuito fechado e acesso via aplicativo é realizar a contratação por meio de Pregão Eletrônico. Essa modalidade permite o atendimento contínuo das necessidades do município
- 3.2. É importante ressaltar que a contratação de empresa especializada para execução de serviços de instalação e monitoramento de equipamentos de alarme, vídeo monitoramento com câmeras em circuito fechado e acesso remoto via internet, é classificada como serviço essencial. Esses serviços possuem padrões de qualidade que podem ser claramente definidos no Edital, por meio de especificações amplamente reconhecidas no mercado. Existem diversas empresas consolidadas e experientes nesse ramo, conforme demonstra o levantamento realizado pelo setor de compras, constante nos autos do processo, o que assegura a competitividade e a obtenção de propostas vantajosas para a administração pública.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação de uma empresa especializada para execução de serviços de instalação e monitoramento de equipamentos de alarme, vídeo monitoramento com câmeras ip em circuito fechado e acesso via aplicativo é necessária para reforçar a segurança das instalações de cada Secretaria Municipal.
- 4.2. A empresa deverá fornecer todos os equipamentos e sistemas necessários para o serviço, incluindo câmeras de alta resolução ip, sensores de movimento, switch, cabo de rede, nobreak, rack, e aplicativo para armazenamento e visualização em nuvem
- 4.3. O monitoramento deverá ocorrer em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com equipe devidamente treinada para atender a ocorrências e realizar manutenções preventivas e corretivas.
- 4.4. A qualidade dos produtos e serviços fornecidos deverá atender rigorosamente às especificações descritas no neste documento e Nota de Empenho, não sendo aceitos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá
Secretaria de Administração

materiais ou serviços diversos daqueles especificados. Os preços cotados incluem todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.

- 4.5. 4.5. A empresa contratada deverá responsabilizar-se integralmente pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, sejam eles municipais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, apresentando, de imediato, quando solicitado, todos os comprovantes de pagamento e quitação.
- 4.6. Cumprir os serviços conforme disposições do contrato e indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros por ação ou omissão no fornecimento do objeto do contrato.
- 4.7. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela CONTRATANTE.
- 4.8. Entregar os serviços com pontualidade, nos locais específicos conforme especificações do pedido e de sua proposta, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, seja de preços ou nas condições estabelecidas.

5. FORMA DE EXECUÇÃO:

- 5.1. A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos constantes no termo de referência, já instalados, através do sistema de comodato. Toda a despesa com instalação dos equipamentos fica a cargo da empresa contratada.
- 5.2. A Contratada deverá fornecer link de internet para hospedar as câmeras
 - 5.2.1 o link de internet deverá ser de 400mb
- 5.3. A contratada após a assinatura do contrato deverá instalar todos os equipamentos para a consecução do objeto no prazo de 15 (QUINZE) dias. O contratante será devedor dos serviços contratados a partir da ciência da instalação e início da execução do objeto contratado.
- 5.4. Os equipamentos que não constarem no termo de referência, que forem essenciais para a realização dos serviços deverão ser disponibilizados pela contratada.
- 5.5. Na hipótese de qualquer irregularidade identificada durante a execução do contrato, a empresa contratada será notificada e deverá corrigir prontamente as falhas apontadas, sob pena de aplicação de penalidades previstas em contrato.
- 5.6. Todos os serviços realizados durante a vigência do contrato estarão sujeitos à avaliação contínua pelos setores responsáveis, com registros periódicos do desempenho e da qualidade da execução contratual.
- 5.7. O valor da mensalidade por ponto começará a contar somente após vistoria do fiscal do contrato constatando a totalidade dos equipamentos instalados e em



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá
Secretaria de Administração

funcionamento;

- 5.8. Havendo atraso na execução do contrato, a empresa estará sujeita a multa de 10% sobre o valor do contrato. Caso o atraso supere 20% do prazo original, a multa poderá ser elevada para até 50% do valor do contrato, desde que observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Além disso, poderá ser instaurado processo administrativo para aplicação de penalidades adicionais, incluindo rescisão contratual e eventual declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 156 a 164 da lei nº 14.133/2021, garantido-se o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- 5.9. O cabeamento deve ser exclusivo para os equipamentos que envolvem o serviço de alarme, não podendo ser utilizado qualquer outro; Havendo interesse por parte da licitante, em sendo assegurado a qualidade do serviço por parte da mesma, com concordância do gestor do contrato, poderá se adotar tecnologia sem fio,
- 5.10. Considerando que trata-se de serviço de vigilância patrimonial, o qual requer, dentre outras necessidades, agilidade e segurança na prestação dos serviços descritos, é vedada a subcontratação de qualquer serviço a ser executado no presente; ainda, uma vez que a maior concentração de pontos a serem atendidos estão na região central da cidade, a empresa deverá ter sede em Xangri-lá sendo que, em caso da licitante vencedora não possuir base no município de Xangri-lá, deverá providenciar até o início da prestação dos serviços;
- 5.11. A licitante vencedora terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para substituição de equipamentos que contenha algum defeito ou que venha à ser danificado
- 5.12. O sistema de comunicação do alarme deve ser **EXCLUSIVAMENTE** GPRS E ENTHERNET;
- 5.13. A quantidade de pontos, bem como, a identificação dos locais, com os respectivos equipamentos mínimos estão descritos abaixo;
- 5.14. Mensalmente deverá um técnico da empresa vistoriar os locais com vistas a manter o regular funcionamento. As visitas devem ocorrer entre o primeiro e o décimo dia útil em todos os pontos que possuem instalação, de modo que o pagamento mensal será realizado somente após cada responsável pelo local atestar o funcionamento de cada ponto;
- 5.15. Descrição técnica dos equipamentos: Baseia-se em características mínimas, podendo o produto ter especificações iguais ou superiores às citadas neste descritivo.
- 5.16. Prestação de serviços de monitoramento por câmeras e alarmes: Serão instalados alarmes monitorados, com pronto atendimento motorizada, manutenção, atualização tecnológica, seguro patrimonial e acesso remoto nos postos das Secretarias Municipais
- 5.17. Equipamentos utilizados:

5.21.1. Equipamentos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá
Secretaria de Administração

5.21.1.1. Descrição Técnica

- Central de 20 Zonas
- Possuir no mínimo 20 zonas em até duas partições;
- Possuir no mínimo 16 códigos de usuário;
- Possuir homologação junto a Anatel;
- Possuir duas partições; - Permitir a programação isolada de senhas de arme e de desarme;
- Senha de coação com identificação de usuário na central de monitoramento;
- A central de alarme deverá monitorar a ociosidade de cada uma das zonas de sensor permanecer mais do que 4 dias sem realizar nenhum tipo de detecção;
- Quando anulado setores, seja pela Contratante ou pela Contratada a central de alarme deverá informar automaticamente a central de monitoramentos quais setores específicos foram anulados.

5.21.2. Sensores de Infravermelho

- Sensor de infravermelho passivo com imunidade a insetos e passivos compensação de temperatura, que deve operar em temperaturas de 0 a 50 graus Celsius, opção de desligar o led indicativo de detecção e possuir uma lente Fresnel de 77 zonas de detecção. - Sensores de Infravermelho Externo
- Tolerância 45 kg, deve possuir sistema de duplo PIR (entenda-se dois PIR) ajuste de passivos para área de sensibilidade, e ter imunidade contra disparos falsos para utilização em zona aberta.

5.21.3.. Transmissão GPRS e ENTHERNET

- deverá ser utilizado todos os prédios públicos, o alarme transmissor deverá comunicar todos os eventos, tais como, abertura e fechamento com identificação de usuário, disparo com identificação do setor e problema.

5.21.4. Câmera IP

- Câmera Fixa de rede com Luz Híbrida Inteligente de 2 MP; imagem de alta qualidade com resolução de 2 MP; suporte para detecção de pessoas e veículos; Luz Híbrida Inteligente com tecnologia avançada e longo alcance; tecnologia de compressão eficiente H.265+; suporte para armazenamento interno de até 512 GB (opcional); resistente à água e poeira (IP67); sensor de imagem: CMOS Progressivo de 1/2.8"; resolução máxima: 1920 × 1080; iluminação mínima: cor 0.001 Lux @ (F1.0, AGC ON), 0 Lux com luz; tempo de obturação: 1/3 s a 1/100.000 s; filtro IR; ajuste de ângulo: pan 0° a 360°, tilt 0° a 90°, rotação 0° a 360°; lente fixa; gravação de 30 fps

5.18. Prestação de serviço de gravação em nuvem para câmera ip:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá
Secretaria de Administração

Aplicativo com gravação em nuvem por 30 dias;Taxa de gravação: 30 FPS (frames por segundo);Bloqueio de gravação de tela, mas com função de realizar cortes dentro do aplicativo;Encaminhamento do download do corte para o e-mail ou disponibilização no próprio aplicativo;Geração de log quando a pessoa realizar um corte;Modo de procura de imagens: Por data e hora, evento (movimento) inteligente;Site e aplicativo para visualização de imagens sendo possível criar mosaicos;

- 5.19. Prestação de Serviços de monitoramento 24hs com pronta resposta: O referido item subdivide-se nos seguintes serviços para cada prédio público
- 5.23.1. Instalação e fornecimento em comodato de todos os equipamentos listados neste anexo.
- 5.23.2. Serviço de monitoramento e pronto atendimento por viatura 24 horas.
- 5.23.3. Não será permitido a terceirização do pronto atendimento de alarme.
- 5.23.4. A contratada deverá disponibilizar um telefone de CallCenter 24 horas em sua central de monitoramento.
- 5.23.5. Fica a cargo da contratada a implantação de repetidoras de sinal de transmissão de dados se houver necessidade visto que é necessária a cobertura de toda área prevista e a topografia acidentada da região.
- 5.23.6. A contratada ficará obrigada a ministrar treinamento para no mínimo 03 funcionários do prédio, onde fora instalado o sistema de segurança eletrônica, descrevendo todas as possíveis operações do sistema, ex.: ligar/desligar alarmes, visualização do monitoramento digital.
- 5.23.7. Entende-se por manutenção corretiva, aquela destinada a rever instalações, remover os defeitos de funcionamento de quaisquer naturezas apresentadas pelos materiais, equipamentos e instalações. Deverá ser realizada sempre que a contratada detectar um defeito ou solicitado pela fiscalização.
- 5.20. Do local e sistemas de monitoramento de alarme e vídeo monitoramento CFTV IP, descritos neste termo devem contemplar sistemas instalados nos prédios municipais indicados, CONFORME ANEXO II – RELAÇÃO DE ITENS COM VALOR REFERÊNCIA.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 6.1. Prestar os serviços nas condições e local estabelecidos neste instrumento, e em consonância com a proposta de preço apresentada.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá
Secretaria de Administração

- 6.2. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.3. Providenciar a imediata correção de qualquer problema e/ou equívoco ocorrido durante a execução do sistema, apontadas pelo CONTRATANTE.
- 6.4. Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência do fornecimento do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.
- 6.5. Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido no fornecimento do bem, ou que possa comprometer a sua qualidade.
- 6.6. Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.
- 6.7. Refazer os serviços objeto deste contrato, caso não esteja de acordo com o exigido.
- 6.8. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais que correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.
- 6.9. Atender as determinações da fiscalização da CONTRATANTE.
- 6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo de imediato as reclamações.
- 6.11. Fornecer link de internet para câmeras, não sendo possível utilizar a internet de cada prédio público.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Efetuar o pagamento dos serviços executados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências desta contratação;
- 7.2. A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual.
- 7.3. Durante a vigência do contrato, enviar correspondência a CONTRATADA, sempre que necessário, informando possíveis ações que estejam em desacordo com o contrato estabelecido.

8. GESTÃO DO CONTRATO:

- 8.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo do servidor Gabriel Monteiro Duarte, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Sendo suplente Felipe de borba espindola



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá
Secretaria de Administração

9. DO PAGAMENTO:

- 9.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da prestação do serviço, mediante apresentação de nota fiscal de prestação de serviços e autorização da respectiva Secretaria.
- 9.2. O erário reserva-se no direito de efetuar todos os descontos previstos em lei.
- 9.3. O pagamento somente será efetuado mediante emissão das certidões habilitatórias atualizadas e negativas.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO- Pregão eletrônico

10.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO – LOTE UNICO

10.2.1 Justificativa: O critério de julgamento adotado será **por lote único**, garantindo que a contratação ocorra de forma integrada, evitando a fragmentação da execução e assegurando maior eficiência operacional. Essa abordagem facilita a gestão e fiscalização do contrato, reduz custos administrativos e garante a padronização na prestação do serviço. Além disso, está em conformidade com os princípios da economicidade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

10.3. FORMA DE FORNECIMENTO – O fornecimento será total.

10.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- a) Declaração que tem pleno conhecimento que a empresa deverá, até o início da prestação dos serviços, possuir sede/base no município de Xangri-lá.
- b) Registro da empresa no CREA (Conselho regional e Engenharia e Agronomia) constando o responsável técnico, em sua plena validade
- c) Registro do profissional responsável pela empresa no CREA(Conselho regional e Engenharia e Agronomia) em sua plena validade
- d) Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, comprovando que o responsável técnico da empresa já tenha executado com bom desempenho serviço pertinente e compatível;

11. ESTIMATIVA DE VALOR:

- 11.1. Os quantitativos e custo unitário e total estimado da contratação encontram-se no ANEXO II – RELAÇÃO DE ITENS COM VALOR

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

010501 OBRAS

04.122.0001.2131.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

3.3.90.39.77 VIFIGLANCIA OSTENSIVA/MONITORADA



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá
Secretaria de Administração

010901 PLANEJAMENTO

04.122.0001.2129.0000 Manutenção Da Secretaria De Planejamento

3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

010301 Secretaria de Administração

04.122.0001.2004.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

010201 Gabinete do Prefeito

04.122.0001.2003.0000 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

010601 Turismo

04.122.0001.2138.0000 Manutenção Da Secretaria De Turismo

3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

011201 Meio Ambiente, Agricultura e Habitação

04.122.0001.2143.0000 Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Habitação.

3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

010701 Fundo Municipal de Assistência Social

08.122.0001.2068.0000 Manutenção da Secretaria de Assistência Social

3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

010802 Fundo Municipal de Saúde

10.301.0012.2139.0000 Bloco Custeio Em Saúde Da Atenção Básica

3.3.90.39.77 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA

Xangri-Lá, 6 de Fevereiro de 2025.

Eraldo Vieira Brehm
Secretário de Administração